

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Cresce a dívida dos Estados

A brusca queda da inflação provocada por um plano de estabilização pode mudar o interesse dos aplicadores com relação a determinados papéis que circulam no mercado financeiro. Com isso, grandes tomadores de recursos que já estejam sendo obrigados a pagar uma remuneração mais alta do que a média do mercado para conseguir rolar suas dívidas podem encontrar dificuldades adicionais num ambiente de estabilização ou de inflação muito baixa.

Um grupo nessa situação é formado pelos governos estaduais. Para colocar os títulos das dívidas dos governos estaduais no mercado, os bancos controlados por esses governos pagam, em geral, uma remuneração 3% superior à do mercado. Com a chegada do real e a queda da inflação para níveis muito baixos, uma diferença de remuneração real como essa será tão grande que poderá afetar seriamente a saúde dos bancos estaduais.

Por isso, o Banco Central deverá permitir que esses bancos troquem os títulos das dívidas dos Estados, que têm baixa credibilidade no mercado e precisam oferecer remuneração mais alta, por títulos do próprio BC (as Letras do Banco Central), que certamente terão muito mais aceitação e custarão menos. O Banco Central condicionará a manutenção desse esquema ao compromisso dos governos estaduais de reduzir sua dívida mobiliária em valor igual à economia que conseguirem com a troca dos papéis.

Para o êxito do programa de estabilização, é necessário, entre outras coisas, que os diversos segmentos da economia possam assimilar as novas regras sem traumas insuportáveis. Sob esse ângulo, portanto, é compreensível que o governo federal e o Banco Central estejam preocupados em assegurar a saúde financeira dos Estados.

A história recente, porém, deixa dúvidas sobre o êxito desse acordo. Outros como esse foram feitos nos

últimos anos pelo BC, mas acabaram sendo desrespeitados ou ignorados pelos bancos e governos estaduais.

Há quatro anos, na campanha eleitoral, alguns governadores não apenas consumiram todos os recursos fiscais disponíveis, como endividaram o governo muito além de sua capacidade financeira, com o que acabaram por comprometer os bancos estaduais. O caso mais grave foi o do Banespa.

Também naquela oportunidade os bancos foram autorizados a trocar os papéis dos Tesouros estaduais por títulos de emissão do Banco Central. E, também naquela oportunidade, o Banco Central condicionou a troca de papéis à adoção, pelos governos estaduais, de medidas rigorosas de controle e redução de sua dívida mobiliária. Nada disso adiantou. Os Estados continuaram a se endividar, como comprova o relatório do ministro do Tribunal de Contas da União Luciano Brandão sobre as contas públicas em 1993. No ano passado, a dívida mobiliária dos Estados e municípios cresceu cerca de 20% em termos reais.

O fenômeno não se limitou a 1993. Em média, todos os governos estaduais continuam a aumentar suas dívidas. Entre dezembro de 1991 e dezembro de 1993, por exemplo, o aumento da dívida dos Estados e municípios foi de 65%. Mas o Estado de São Paulo, o maior devedor de todos e o que apresentou os problemas mais graves em 1990, endividou-se mais ainda, pois sua participação na dívida total, que era de 39,3% no final de 1991, passou para 45,8% em abril último, de acordo com estudos de bancos particulares.

Esse retrospecto nos leva a pensar que o acordo em preparação pelo Banco Central tem tudo para repetir o que aconteceu com os anteriores. Afinal, além de novos governadores, senadores e deputados, como ocorreu em 1990, neste ano os eleitores vão escolher também o futuro presidente da República.